



ISSN: 2595-1661

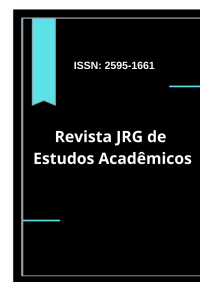
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

## Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



### O Luto não reconhecido de crianças na separação dos pais: uma visão psicanalítica

The unacknowledged grief of children in parental separation: a psychoanalytic perspective

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3515

ARK: 57118/JRG.v9i20.3515

Recebido: 13/06/2026 | Aceito: 17/06/2026 | Publicado on-line: 18/06/2026

#### Adair Maria Costa Huhn<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0009-0005-9729-5734>

<http://lattes.cnpq.br/8776568627441078>

Universidade do Vale do Sapucaí, MG, Brasil

E-mail: psicologaadairhuhn@gmail.com

#### Lucas Navaroli Ribeiro Silva<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8928-3267>

<http://lattes.cnpq.br/1063224138593449>

Universidade do Vale do Sapucaí, MG, Brasil

E-mail: lucasnavaroli@gmail.com



#### Resumo

O luto é uma vivência natural diante de uma perda. Trata-se de um processo emocional envolvendo a dor de uma morte física ou ausências. Nesse sentido, o presente trabalho aborda o luto não reconhecido em crianças diante da separação dos pais, sob a ótica psicanalítica. A pesquisa, de natureza qualitativa e de fundamentação teórica, buscou analisar como a perda da estrutura familiar e da convivência com um dos genitores pode repercutir no psiquismo infantil, produzindo sofrimento emocional, sentimento de culpa, medo e rejeição. A partir das contribuições de Freud, Winnicott, Edler, Dunker, D’Affonseca, Guimarães, Marinho e Pimentel, entre outros, discute-se o luto como processo de elaboração psíquica necessário e inevitável diante da perda de um objeto de amor. Verificou-se que, quando não há espaço para simbolização e reconhecimento desse luto, a criança pode desenvolver sintomas que vão desde dificuldades emocionais e escolares até quadros mais graves de melancolia e adoecimento psíquico. A escuta psicanalítica surge como recurso essencial para o reconhecimento do sofrimento infantil, permitindo à criança elaborar suas perdas e reorganizar suas relações afetivas. Conclui-se que o divórcio, enquanto evento social e familiar, demanda atenção não apenas aos adultos envolvidos, mas também às crianças, cujas experiências de luto muitas vezes permanecem silenciadas. Reconhecer e dar lugar a esse sofrimento é fundamental para prevenir desdobramentos patológicos e possibilitar o desenvolvimento saudável.

**Palavras-chave:** Luto; Psicanálise; Infância. Família. Vínculos familiares.

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia em 2025.

<sup>2</sup> Mestre em Educação, Conhecimento e Sociedade, em 2021.



## Abstract

*Grief is a natural experience in the face of loss; it is an emotional process involving the pain of physical death or other forms of absence. In this sense, the present study addresses the issue of disenfranchised grief in children confronted with parental separation, from a psychoanalytic perspective. This qualitative and bibliographic research sought to analyze how the loss of family structure and the reduced coexistence with one parent can impact the child's psyche, producing emotional suffering, feelings of guilt, fear, and rejection. Based on the contributions of Freud, Winnicott, Edler, Dunker, D'Affonseca, Guimarães, Marinho, and Pimentel, among others, grief is discussed as a necessary and inevitable psychic elaboration process in the face of the loss of a love object. The findings indicate that when there is no space for symbolization and recognition of grief, the child may develop symptoms ranging from emotional and school difficulties to more severe conditions such as melancholy and psychological illness. Psychoanalytic listening emerges as an essential resource for recognizing the child's suffering, enabling them to work through their losses and reorganize their affective relationships. It is concluded that divorce, as both a social and family event, requires attention not only to the adults involved but especially to children, whose grief experiences often remain silenced. Recognizing and giving space to this suffering is fundamental to preventing pathological outcomes and fostering healthy development.*

**Keywords:** *Grief; Psychoanalysis; Childhood; Family; Family relationships.*

## 1. Introdução

A experiência de luto vivenciada por crianças diante da separação dos pais, embora marcada por intensas perdas afetivas, nem sempre é reconhecida como luto. A dissolução do vínculo conjugal configura-se como uma ruptura significativa dos laços emocionais e familiares, desencadeando repercussões psíquicas que podem resultar em sofrimento e, em alguns casos, em adoecimento. Com base na perspectiva psicanalítica, este estudo propõe uma reflexão sobre a separação enquanto processo psíquico inerente à constituição subjetiva, compreendendo que, quando o luto é reconhecido e elaborado, pode favorecer o enfrentamento e a superação dessa experiência de perda.

Freud (1917), em seu texto *Luto e melancolia*, entende que o luto é um processo psicológico que envolve um sentimento de ruptura e dor diante da perda de uma pessoa ou um objeto amado, caracterizado como uma experiência normal que deverá ser superada após certo tempo. O objeto de amor abrange todo e qualquer objeto, seja este real ou simbólico, material ou ideal. A vivência do luto pode significar uma dificuldade de atravessar, de elaborar este processo, sendo esta experiência singular e muito dolorosa para a criança e como consequência, pode ocorrer a perda do interesse pelo mundo externo. O luto é, portanto, um trabalho de elaboração que pode ser bem ou mal sucedido, considerando que em um luto bem elaborado culmina com o resgate da libido, ou seja: a volta à disponibilidade para amar e investir no mundo.

O termo libido, introduzido por Sigmund Freud (1915/2010) refere-se à energia psíquica ligada às pulsões de vida, especialmente às de natureza sexual e afetiva. Freud utilizou esse conceito para descrever a força que impulsiona o sujeito em busca de satisfação e vínculo com o outro, sendo, portanto, uma manifestação essencial do desejo humano. A libido não se restringe ao campo sexual, mas está presente em todas as formas de investimento afetivo, como o amor, o cuidado e o apego. Assim, na vivência da separação dos pais, a retirada ou o deslocamento desse investimento libidinal pode gerar sofrimento psíquico, configurando um processo de luto diante da perda do objeto amado. No dicionário Laplanche consta:



A noção de trabalho do luto deve ser aproximada da noção mais geral de elaboração psíquica, concebida como uma necessidade para o aparelho psíquico de ligar as impressões traumatizantes (...) Todas as recordações, todas as expectativas pelas quais a libido estava ligada ao objeto, são presentificadas, super investidas, e em cada uma se realiza o desapego da libido (Laplanche & Pontalis, 1986, p.534).

Quando o processo normal não ocorre, quando a libido não se direciona para objeto substituto, pode ocorrer o que Freud chamou de melancolia, quando nos adverte sobre situações de perda em que o luto não será um processo normal. Na melancolia ocorre o aparecimento de um desânimo profundo, de perda da capacidade de amar, e de perturbação da autoestima. Diante da separação, a criança pode vivenciar uma sensação de desamparo e perda de referência, o que favorece o surgimento de sentimentos de medo, culpa e rejeição. “No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio Eu (Freud, 1917, p.252).

Nesse sentido, Dunker (2023), destaca que embora pertença à mesma classe da melancolia, o luto distingue-se por ser um estado transitório. Contudo, há casos em que a melancolia emerge como substituto ou desdobramento do luto, especialmente quando este não encontra possibilidades de elaboração simbólica.

O processo do luto implica a retirada da energia libidinal investida no objeto amado que se perdeu, exigindo um trabalho psíquico de elaboração dessa ausência. No entanto, por ainda não possuir recursos internos suficientemente estruturados, a criança pode vivenciar essa experiência de forma intensa e confusa, o que pode levar a distorções na percepção da realidade e afetar seu desenvolvimento afetivo.

O forte investimento como anseio no objeto que faz falta (perdido), sempre crescente porque não pode ser acalmado, cria as mesmas condições econômicas que o investimento no local ferido do corpo e torna possível ignorar o pré-requisito da origem periférica da dor física (Freud, 1926/1929, p. 122-123).

Edler (2012) considera que o processo de luto descrito por Freud diz respeito ao período que se segue à perda e ao esforço de desligamento emocional que ela exige. Quando se perde um objeto amado, surge um estado de indiferença na relação com o mundo ao próprio redor e as novas possibilidades de encontro e de oportunidades com ambos os pais parecem cobertas por uma sombra para quem vivencia o luto, dedicando sua atenção quase exclusivamente às lembranças daquilo que foi perdido, que se torna o único foco de interesse. Freud (1926/2014), explica que a inibição do eu e a limitação de seu campo de ação são justificadas pelo fato de o eu estar absorvido no trabalho de luto.

Desse modo, a perda de um objeto profundamente amado coloca a criança em um estado de sofrimento intenso, o luto. Esse contexto de separação dos pais evidencia que o processo de elaboração do luto requer esforço significativo, demandando um considerável gasto de energia psíquica e tempo. Durante esse período, o objeto perdido permanece ativo no mundo interno da criança, influenciando seus sentimentos, pensamentos e comportamentos enquanto ela busca elaborar a ausência (Edler, 2012).

As reações à perda podem gerar diferentes tipos de perturbações psíquicas. Enquanto alguns conseguem aceitar a perda, atravessar o período de luto e retomar suas vidas, outros não se sentem capazes de elaborar a dor e acabam se tornando abatidos. Há aqueles que conseguem lidar parcialmente com a perda, e há os que, apesar de terem superado várias perdas ao longo da vida, se deparam com uma perda particularmente difícil de superar (Edler, 2012).



De acordo com a D'affonseca, (2024), algumas crianças podem se tornar mais reservadas, isolando-se e evitando interações com amigos e colegas, enquanto outras podem apresentar comportamentos mais explosivos, desafiadores e envolver-se em conflitos com amigos, professores, irmãos e até mesmo com os pais. Essas reações podem repercutir em queda no desempenho escolar e em alterações significativas de comportamento. Dessa forma, toda manifestação de luto deve ser reconhecida como potencialmente geradora de sofrimento, independentemente da natureza da perda.

Um trabalho de luto bem-sucedido começa com a chamada prova de realidade, ou seja, o reconhecimento concreto da perda. É esse reconhecimento que nos permite tomar consciência de que o objeto amado já não existe e, portanto, toda a libido precisa ser desvinculada das relações com ele. Para dar início ao processo de luto, é necessário que o sujeito se perceba como alguém que experimenta uma falta. Somente a partir dessa posição é possível iniciar a elaboração da perda (Edler, 2012).

Freud (1917) afirma que a perda de um objeto amoroso é uma experiência única para analisar a ambivalência presente nas relações, em que o amor e o ódio frequentemente coexistem, e é esta força da ambivalência que constitui o empuxo do conflito, podendo gerar fantasias de perda do objeto amado, acompanhadas de um sentimento de culpa que varia de intensidade.

Considerando o tema, é importante destacar que a família exerce um papel crucial no desenvolvimento dos indivíduos, especialmente durante a infância e a adolescência. É no seio familiar que se garante a sobrevivência física e que o indivíduo aprende as habilidades essenciais para a convivência social, além de ser moldado em seus valores e comportamentos. A qualidade das interações familiares impacta sobremaneira o desenvolvimento saudável dos membros, pois experiências adversas na infância elevam a probabilidade de comportamentos de risco, resultando em uma maior incidência de problemas de saúde e sociais, tanto no curto quanto no longo prazo (D'affonseca, 2024).

Dolto (1988/2011), enfatiza que a criança não apenas percebe os acontecimentos ao seu redor, como também é sensível aos conteúdos latentes, aos silêncios e às tensões existentes no ambiente familiar. Quando os adultos responsáveis evitam abordar a separação de maneira aberta, respeitosa e adequada ao universo infantil, a criança pode, de forma inconsciente, atribuir a si mesma a responsabilidade pelo rompimento conjugal, interpretando sua existência ou comportamento como causadores do conflito.

A separação dos pais pode desencadear uma ampla gama de sentimentos nos filhos, como raiva, tristeza, culpa, vergonha, medo e até alívio. Muitas vezes, a criança encontra dificuldades para compreender suas próprias emoções ou para expressá-las adequadamente. Frequentemente, ela acredita, de alguma forma, ser responsável pela separação — seja por ter desejado ou pensado que isso acontecesse, seja por algum erro que interprete como causa da ruptura familiar (D'affonseca, 2024). Compreender a natureza do período pós-separação e suas implicações para todos os envolvidos, em especial o luto dos filhos diante do rompimento, passa a constituir o aspecto central no universo psíquico do casal.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é identificar, analisar e conhecer os reflexos psicológicos originados na infância no que tange a separação dos pais e que podem resultar em consequências prejudiciais em todas as relações, desde as familiares até as sociais. Para tanto, como objetivos específicos, pretende-se, pela análise de literatura psicanalítica: aprofundar no conceito de luto, especialmente o luto infantil; entender, nesse sentido, como as crianças podem experimentar a separação dos pais e seus possíveis impactos; estudar e refletir sobre o papel da escuta psicanalítica no



reconhecimento do luto infantil; contribuir com a comunidade psicanalítica ao abrir debates conceituais sobre o tema.

Este estudo se fundamenta na importância de um olhar atento ao sofrimento psíquico das crianças, no intuito de oferecer uma compreensão mais ampla sobre os impactos emocionais da separação dos pais. Espera-se, assim, contribuir para uma reflexão mais crítica sobre o luto não reconhecido nas separações dos pais, que muitas vezes são decorrentes da falta de conhecimento sobre o assunto. Compreender o processo do luto na infância e auxiliar na sua elaboração é essencial para aqueles que vivem ou já viveram essa experiência

## 2. Metodologia

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica qualitativa, por meio da sistemática descritiva e exploratória, com a finalidade de aprofundar conhecimento científico acerca do tema do “Luto não reconhecido na separação dos pais”, mediante contribuições psicanalíticas. Até o momento, foi possível encontrar, na literatura existente, materiais sobre o tema abordado e para tanto, foram utilizados livros, artigos científicos disponíveis em bancos de dados como *Scielo*, *Google Acadêmico*, os quais contém revistas eletrônicas e teses de autores psicanalíticos que discutem o luto, a separação dos pais e suas repercussões psíquicas na infância. A pesquisa foca principalmente em obras de Freud, e outros teóricos psicanalíticos contemporâneos, que abordam as questões do mal-estar emocional nas crianças e adolescentes.

Assim, vale acrescentar que este trabalho foi elaborado com base em teorias já existentes, tendo como um de seus objetivos fornecer ao leitor os principais estudos elencados sobre o tema proposto.

## 3. Discussão

### 3.1 O conceito de luto e sua influência à infância

O luto, enquanto processo psíquico de elaboração de uma perda, foi amplamente descrito por Freud (1917) como uma experiência natural, ainda que extremamente dolorosa. Em sua obra *Luto e Melancolia*, Freud (1917) define o luto como a reação à perda de um objeto de amor — seja ele uma pessoa, um ideal ou uma representação simbólica.

Segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 509-510), o trabalho de luto é definido como um “processo intrapsíquico, consecutivo à perda de um objeto de afeição, e pelo qual o sujeito consegue progressivamente desapegar-se dele”.

Para que se possa compreender o luto sob uma perspectiva psicanalítica, é imprescindível, primeiramente, retomar o conceito freudiano de afeto. O luto pode ser entendido como um afeto singular, localizado e reativo, que se manifesta como uma sensação imediata, mas que também se constitui como um sentimento, na medida em que é compartilhado socialmente por meio de ritos, práticas simbólicas, narrativas, discursos e mitos (Dunker, 2023). Para Laplanche & Pontalis:

Afeto é um termo que a psicanálise foi buscar à terminologia alemã e que exprime qualquer estado afetivo, penoso ou agradável, vago ou qualificado, quer se apresente sob forma de uma descarga maciça, quer como tonalidade geral. Segundo Freud, toda a pulsão se exprime nos dois registros de afeto e da representação, o afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações (Laplanche & Pontalis, 1986, p.09).



Dessa forma, compreende-se que a noção de afeto envolve, ao mesmo tempo, a capacidade de ser afetado e de afetar, como também todo o percurso de transformação dos afetos em emoções e estas em sentimentos. Esses sentimentos, por sua vez, configuram-se como formas de vivência do mundo e de si mesmo, em consonância com a antiga concepção grega *páthos*, que remete à experiência da dor, da paixão e da vulnerabilidade. Os afetos se relacionam ao tempo breve e imediato das situações vividas; as emoções correspondem à temporalidade do ato; e os sentimentos, por fim, dizem respeito a uma temporalidade mais ampla e estável, ligada aos processos psíquicos contínuos e à construção subjetiva da experiência (Dunker, 2023).

Acrescido a isso, Dunker (2023) ressalta que dessa compreensão decorrem qualidades diferenciais do luto enquanto experiência afetiva. O estado de ânimo que o caracteriza é, em geral, doloroso, permeado por tristeza ou angústia, e pode suscitar afetos como medo, vergonha ou culpa, manifestando-se em sentimentos de estranheza, solidão e rebaixamento do interesse pela realidade externa. Ainda que o luto seja compreendido, do ponto de vista psicanalítico, como um “afeto normal” — ou seja, não patológico —, ele apresenta variações imprevisíveis nos registros dos afetos, emoções e sentimentos. Entre essas variações, situam-se momentos de ruptura ou descompasso entre a produção social dos sentimentos e seu retorno à subjetividade como afetos intensificados, gerando estados de expansão emocional, embaraço ou inibição psíquica.

Para Lopes (2012), o afeto decorrente da presença parental é fundante para que a criança possa simbolicamente construir e ocupar um lugar privilegiado no desejo do outro, constituindo assim uma base para sua constituição subjetiva. A ausência precoce dessa experiência essencial pode comprometer significativamente a instalação desse lugar imaginário libidinal, manifestando-se, posteriormente, sob a forma de diversos sintomas psíquicos. Tal carência interfere na capacidade de inserção e de sustentação da criança no campo das relações sociais, afetando o desenvolvimento de sua vida psíquica e interpessoal como um todo.

Considerando o contexto da separação conjugal, Dolto (2012), ressalta que essas manifestações adquirem contornos particulares, pois a criança se depara com a perda simbólica da unidade familiar, vivenciando um processo de luto que, muitas vezes, não é reconhecido, nem devidamente acolhido pelos adultos que a cercam. Nesse cenário, muitas crianças apresentam dificuldades para lidar com o divórcio dos pais, expressando sentimentos de raiva, ansiedade e solidão diante da ruptura familiar.

Na sua teoria psicanalítica, Winnicott (1971/2021) aponta que, quando o ambiente que circunda a criança não é suficientemente favorável, sobretudo nas fases iniciais de dependência, podem emergir sintomas reativos como resposta a essa condição adversa. Nessas circunstâncias, a criança manifesta comportamentos que expressam a busca por uma experiência relacional positiva anteriormente vivida. Para o autor, a compreensão da agressividade e da tendência antissocial em crianças e adolescentes exige uma atenção ao ambiente cuidador, o qual deve ser suficientemente estável, afetivo e responsivo às necessidades emocionais do infante. Além disso, é fundamental considerar o grau de maturidade do sujeito e o nível de desorganização emocional em que ele se encontra.

Embora Winnicott (1971/2021) reconheça que uma estrutura familiar fragilizada não determina, por si só, o surgimento de distúrbios psíquicos, tampouco que famílias organizadas garantam sua ausência, ele ressalta que rupturas nos cuidados parentais podem afetar profundamente o desenvolvimento emocional, contribuindo para a emergência de tendências antissociais. Nesse contexto, é importante diferenciar agressividade e violência: a agressividade, para Winnicott, é uma expressão pulsional



natural, relacionada à motilidade e à adaptação ao ambiente; já a violência surge como distorção dessa agressividade, sendo indicativa de falhas na mediação ambiental e no manejo emocional.

Seguindo a linha de pensamento, Santana (2022), considera que o luto é uma vivência universal que atravessa todas as fases da vida – da infância à velhice – e se manifesta diante da perda de um objeto de apego significativo. No caso das crianças, esse processo pode ser ainda mais delicado, pois elas nem sempre possuem recursos psíquicos suficientes para compreender e elaborar a perda. É também comum que a criança se sinta abandonada, tanto pela pessoa que foi embora quanto pelos que permanecem, mas que também estão imersos em sua própria dor.

Nessas circunstâncias, podem surgir fantasias de responsabilidade pela separação, especialmente quando havia sentimentos ambivalentes em relação ao pai ou à mãe ausente. Se a criança, por exemplo, demonstrava agressividade ou conflitos com o genitor ausente, isso pode dificultar ainda mais a elaboração do luto, intensificando sentimento de culpa e confusão emocional (Santana, 2022).

No entanto, Santana (2022) entende que essa elaboração não se dá da mesma forma em todos os sujeitos, especialmente quando se trata do universo infantil. Sendo assim, a criança pode sentir a falta do pai ou da mãe ausente, bem como sofrer com a perda da estrutura familiar que conhecia, o que pode ser complexo para ela suportar.

Freud (1917/2010) já apontava que, em alguns casos, a não elaboração do luto pode conduzir à melancolia, estado no qual o ego é rebaixado, predominam intensos sentimento de culpa e o sujeito volta sua agressividade contra si mesmo, identificando-se com o objeto perdido. Embora Freud não tenha se debruçado especificamente sobre o luto na infância, Edler (2012) destaca que a ausência de um espaço simbólico para que a criança expresse e elabore sua dor impede a simbolização da perda, podendo gerar manifestações de sofrimento psíquico precoce. Nesses casos, o luto não elaborado configura-se como um importante fator de risco para o desenvolvimento de transtornos emocionais na infância. Ainda assim, Freud ressalta que o luto é um processo natural e necessário ao funcionamento psíquico, e que, ao término de sua elaboração, o Eu recupera sua capacidade de investir afetivamente em novos objetos.

Santana (2022) compreende que existe outra dificuldade enfrentada pelos enlutados que é a tentativa de esconder sua dor das crianças, por receio de que a exposição de seus sentimentos possa ser excessivamente perturbadora para elas. No entanto, ocorre o oposto: a criança é extremamente sensível às manifestações emocionais do genitor. Quando o adulto reprime suas emoções, a criança tende a fazer o mesmo; se ele opta pelo silêncio, ela, mais cedo ou mais tarde, deixará de fazer perguntas.

Portanto, segundo Santana (2022), o silenciamento e a omissão de informações diante da separação dos pais instauram confusão na criança, podendo comprometer sua elaboração psíquica e favorecer o surgimento de transtornos emocionais. Apenas com informações claras e adequadas, as crianças poderão enfrentar a perda de maneira saudável e realista.

Para Dolto (1988/2011), os pais devem buscar humanizar o processo de separação, dando nome e lugar à experiência, em vez de deixá-la restrita a uma angústia inominável, que só se manifesta por meio de sintomas, como estados depressivos, excesso de excitação ou até mesmo pelo humor. Quando a separação não é elaborada, a criança tende a captar esse não-dito como uma quebra na segurança representada pela presença parental. Por isso, torna-se fundamental que os pais assumam a responsabilidade pela separação, reconhecendo-a e possibilitando um trabalho de preparação que favoreça à criança um espaço de simbolização e elaboração psíquica. Levando em consideração estes



aspectos, Dolto (2011) enfatiza que a criança fala também por meio do corpo e dos sintomas, indicando um processo de doença gerando sofrimento na criança, sendo fundamental que o adulto possa escutá-la para além do discurso verbal.

É necessário, portanto, reconhecer que a criança vivencia a separação dos pais como uma perda significativa — ainda que essa perda não seja a morte literal de um dos genitores. A ausência física ou emocional, a mudança de rotina, a quebra da unidade familiar e os silêncios em torno do sofrimento geram um impacto real, que precisa ser acolhido. O luto, mesmo quando não há morte, é um processo que exige simbolização, escuta e cuidado.

### **3.2 Separação de pais como experiência de luto para a criança**

De modo geral, desde os tempos antigos, a família é entendida como uma instituição social fundamental, cuja estrutura, complexa e dinamicamente articulada, mantém constante interação com os contextos socioculturais. Nesse sentido, o grupo familiar não apenas influencia de maneira decisiva o comportamento dos indivíduos por meio das práticas educativas que adota, como também exerce papel central na constituição psíquica e na organização da personalidade (Rolim et al, 2022).

Quando há filhos envolvidos, esses impactos tendem a ser ainda mais intensos, tornando-se necessário um cuidado especial com esse grupo, que constitui a base do ambiente familiar e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. Diante da dissolução familiar, torna-se fundamental buscar estratégias que minimizem os efeitos emocionais da separação, considerando que todo rompimento carrega consigo o luto (Guimarães, Marinho e Pimentel, 2023).

A perda ou a ausência de um desses membros pode provocar um desequilíbrio significativo, afetando a dinâmica familiar e o funcionamento do grupo. Nesse contexto, a criança é o membro mais vulnerável, estando exposta de forma direta às conseqüências da dissolução familiar e, por isso, mais suscetível a prejuízos emocionais, sociais, comportamentais e cognitivos (Guimarães, Marinho e Pimentel, 2023).

A psicanálise atribui à infância um papel estruturante na formação da subjetividade, destacando como os primeiros vínculos afetivos e as experiências relacionais primárias influenciam os modos de ser e de se relacionar ao longo da vida e a família constitui uma restauração da antiga ordem primeva e devolve aos pais uma grande parte de seus antigos direitos. A partir da teorização do complexo de Édipo, Freud formulou sua concepção psicanalítica sobre a família, passando a abordá-la sempre relacionando-a ao viés do complexo edipiano, apresentando-a como uma instituição humana duplamente universal, através da qual encontra-se associada a castração simbólica a um fato da natureza biológica (Freud, 1923/2010).

No entanto, as transformações sociais e culturais ao longo do tempo impactaram consideravelmente a configuração das relações familiares. A separação conjugal, juridicamente formalizada pelo divórcio, constitui um fenômeno de natureza familiar e social cuja incidência se ampliou significativamente desde o advento da contemporaneidade. É importante ressaltar que os impactos psicológicos e emocionais decorrentes da separação transcendem o casal, afetando igualmente os demais membros do núcleo familiar, em especial os filhos (Guimarães, Marinho e Pimentel, 2023).

Devido à imaturidade de suas estruturas cognitivas e emocionais, as crianças apresentam limitações na capacidade de avaliar de forma realista as causas, os processos e as conseqüências da separação parental. Essa limitação favorece a tendência de atribuírem a si mesmas a responsabilidade pela ruptura entre os pais, o que se agrava



pela reduzida habilidade em buscar e acessar os suportes necessários para a atenuação de seu sofrimento emocional (Raposo et al, 2011).

Dessa forma, Dolto (1988/2011), entende que muitos filhos podem desenvolver sentimento de culpa em relação ao divórcio dos pais, associando a separação às dificuldades, encargos e responsabilidades que sua própria existência representa para os adultos. Essa percepção pode transformar-se em uma experiência subjetiva dolorosa, marcada por pensamentos autodepreciativos, de que sua existência não deveria ter ocorrido, revelando um sentimento profundo de não pertencimento ou de rejeição.

Winnicott (1956/2021), com sua contribuição, destaca que o início da vida psíquica do bebê está profundamente relacionado à capacidade da mãe ou da figura cuidadora primária, de oferecer um ambiente suficientemente bom — aquele que sustenta, acolhe e se adapta às necessidades do recém-nascido. No entanto, ele também enfatiza o papel do pai como suporte fundamental à mãe e à díade, contribuindo para a constituição de um espaço psíquico em que o bebê possa gradualmente se diferenciar e se constituir como sujeito, sendo mediador da entrada da criança no mundo externo. Segundo o autor, “[...] a mãe suficientemente boa [...] adapta-se ativamente às necessidades do bebê, o que permite ao recém-nascido começar a existir, a criar e a desenvolver um verdadeiro self” (Winnicott, 1983, p. 11).

Contudo, a separação, muitas vezes, é decorrente de fatores que se tornam determinantes, tais como a falta de comunicação entre o casal, a incompatibilidade de ideias e a ausência de compromisso com a manutenção do vínculo conjugal. Vale destacar que a separação inevitavelmente mobiliza o processo de luto. Encerrar uma relação implica atravessar vivências de perda, e a intensidade desse luto, bem como a dificuldade em elaborá-lo, pode desencadear problemas, sobretudo de ordem psicológica, que tendem a persistir. Dessa forma, a vida singular após a separação frequentemente se apresenta permeada por lacunas emocionais a serem elaboradas e resolvidas (Guimarães, Marinho e Pimentel, 2023).

Winnicott (1975), ao tratar da importância da presença suficientemente boa da mãe e do ambiente facilitador, afirma que a ausência, a quebra de continuidade do ser e a perda da previsibilidade podem produzir falhas ambientais que se manifestam como traumas e que podem levar a tendências antissociais e delinquência. A separação dos pais, dependendo de como é conduzida, pode representar uma dessas falhas ambientais, especialmente quando acompanhada de conflitos intensos, alienação parental ou negligência afetiva.

Raposo et al. (2011) destacam que nem todas as crianças expostas à separação ou ao divórcio parental apresentam trajetórias de desadaptação. A forma como cada criança responde ao rompimento familiar é modulada por variáveis individuais e contextuais. Entre os fatores protetores, destacam-se: a competência e a conduta adequada dos pais durante o processo de disputa pela custódia, que ajudam a reduzir a insegurança e o medo da criança; a qualidade das práticas parentais, que inclui atenção, afeto e suporte emocional consistente; a manutenção de uma parentalidade contínua e estável pelo genitor não guardião, garantindo vínculo e presença afetiva; e, sobretudo, a redução dos níveis de conflito entre os pais, que minimiza o estresse e a exposição a ambientes hostis.

Além desses, outros elementos podem atuar como fatores protetores, como o apoio de familiares e redes sociais, a estabilidade escolar e comunitária, e a capacidade da criança de expressar e processar suas emoções, favorecendo a resiliência frente às adversidades impostas pela separação (Raposo et al., 2011).

Contudo, Winnicott (1975), destaca que é por meio de um ambiente suficientemente bom que a criança desenvolve recursos internos para lidar com



frustrações e elaborar experiências de perda, o que é fundamental para a constituição de um self coeso e integrado.

Em virtude do que foi mencionado, Lopes (2012) corrobora ao considerar que a forma como a criança vivencia essa separação está diretamente ligada à sua etapa de desenvolvimento, à qualidade do vínculo com cada um dos genitores e ao modo como os adultos lidam com a situação. Quando os pais conseguem preservar uma comunicação respeitosa, manter a presença afetiva e garantir segurança emocional à criança, os efeitos da separação tendem a ser menos danosos. Por outro lado, em contextos de litígio, afastamento abrupto ou negligência emocional, o sofrimento da criança pode se intensificar e transformar-se em sintomas mais complexos, como distúrbios de comportamento, dificuldade de aprendizagem ou sintomas somáticos.

Segundo D'affonseca (2024), muitas crianças não conseguem nomear o que sentem diante da separação dos pais, o que faz com que seu luto permaneça oculto. Ao não encontrar espaço para expressar suas dores, a criança internaliza o sofrimento, podendo desenvolver sentimento de culpa ou fantasias persecutórias, como a crença de que foi responsável pelo rompimento dos pais. Essa fantasia, muitas vezes inconsciente, está relacionada aos desejos ambivalentes que a criança sente em relação aos pais — amar e odiar ao mesmo tempo — o que pode acentuar a culpa e o medo de punição.

Guimarães, Marinho e Pimentel (2023) apontam que o sofrimento infantil decorrente da separação parental ainda é pouco reconhecido, tanto no meio familiar quanto nas instituições. Muitas vezes, os adultos envolvidos em sua própria dor não conseguem oferecer à criança os recursos psíquicos de que ela precisa para simbolizar a perda e reorganizar sua vida emocional. Essa ausência de escuta e reconhecimento pode configurar-se como um luto não reconhecido, silencioso e prolongado, cujos efeitos se estendem por toda a vida emocional do sujeito.

Tal atribuição de culpa, mesmo quando não verbalizada, pode provocar sentimento de insegurança, dificuldades no desenvolvimento emocional e possíveis manifestações de ordem comportamental. Entretanto, Dolto (1988/2011) enfatiza que o impacto da separação não se encontra na ruptura em si, mas na maneira como esse processo é conduzido e comunicado à criança, destacando a importância de abordagens sensíveis que respeitem seu mundo emocional e promovam a compreensão da situação.

Nesse sentido, Lopes (2012) acrescenta que é fundamental que os pais adotem uma postura clara e honesta ao abordar a situação, utilizando uma linguagem acessível e compatível com a fase de desenvolvimento da criança, sem, contudo, subestimar sua capacidade de compreensão. É imprescindível que a criança seja assegurada de que não é a causadora da separação e de que continuará sendo amada e cuidada por ambos os genitores, independentemente da dissolução da vida conjugal.

Além disso, a manutenção de vínculos afetivos estáveis e de uma rotina previsível com cada um dos pais constitui elemento essencial para a preservação de um sentimento de continuidade e estabilidade emocional. Esse contorno possibilita a manutenção do funcionamento psíquico saudável, na medida em que oferece à criança condições para elaborar reparações e encontrar alívio diante do sofrimento e das vivências de angústia decorrentes de outras perdas, desilusões e lutos que emergem com sua inserção no mundo social (Lopes, 2012).

Vale ressaltar que na perspectiva da teoria psicanalítica de Winnicott (1956/2023), é possível encontrar fundamentos para compreender os desajustes comportamentais que emergem e se intensificam diante de falhas no ambiente cuidador, especialmente quando há fragilização das funções parentais. Tais fragilizações podem



decorrer de dificuldades enfrentadas pelos responsáveis e de instabilidades no contexto familiar em que estão inseridos.

Nesse estado, para Winnicott (1956/2023), a criança manifesta protestos como tentativa de restaurar os cuidados anteriormente vivenciados durante a fase de dependência absoluta. No contexto da separação conjugal, a ausência de preparação emocional e acolhimento adequado pode configurar uma forma de “deprivação”<sup>3</sup> na medida em que rompe, abruptamente, com o vínculo afetivo estável que sustentava o sentimento de segurança da criança. Assim, os comportamentos desajustados que por vezes surgem após a separação podem ser compreendidos como expressões de luto e tentativas de resgate do cuidado e da presença, revelando o impacto subjetivo profundo dessa experiência.

Nesse contexto, é fundamental compreender que o luto vivenciado pela criança no processo de separação dos pais não se limita a um momento específico, mas perpassa toda a fase de desestruturação e reorganização familiar. A perda envolve não apenas a ausência física de um dos genitores, mas também a quebra de representações afetivas vinculadas à ideia de família, proteção e estabilidade. A necessidade de adaptação a novas configurações familiares pode intensificar sentimento de insegurança e de perda de pertencimento, exigindo da criança um esforço psíquico de ressignificação de vínculos e lugares ocupados anteriormente (D’affonseca, 2024).

Do ponto de vista psicanalítico, a criança percebe o mundo e a si mesma por meio do olhar dos pais, especialmente na primeira infância. A estabilidade emocional, os vínculos afetivos e a previsibilidade do ambiente familiar são elementos fundamentais para a constituição do ego e o desenvolvimento da capacidade de simbolizar. A separação, portanto, como experiência de luto pode desorganizar temporariamente a estrutura psíquica da criança, fazendo com que ela se sinta desamparada e desprotegida frente a um mundo que já não responde da mesma forma às suas necessidades emocionais.

### 3.3 O papel da escuta psicanalítica no reconhecimento do luto infantil

A psicanálise, ao oferecer uma escuta sensível e atenta às manifestações do inconsciente, constitui um espaço privilegiado para que a criança possa elaborar suas perdas e dores emocionais. No caso da separação dos pais, onde o luto muitas vezes não é reconhecido nem nomeado, o *setting* analítico pode se tornar o lugar onde essa dor da criança encontra representação simbólica, abrindo caminho para a elaboração psíquica.

Freud (1917), ao tratar do luto, afirma que o trabalho psíquico de desligamento da libido do objeto perdido exige tempo e investimento interno. Quando esse processo é interrompido ou não reconhecido — como ocorre no caso das crianças que não têm sua dor validada —, pode haver um congelamento psíquico, uma paralisação do processo de simbolização que dificulta o crescimento emocional. A clínica psicanalítica, nesse sentido, tem a função de permitir que a criança retome esse caminho interrompido e possa elaborar simbolicamente o luto, ainda que de forma parcial.

Desse modo, Winnicott (1975) explica que a criança, ao ser acolhida em sua singularidade, pode se expressar por meio de desenhos, brincadeiras, falas fragmentadas e silêncios que, aos poucos, revelam os traços da perda vivida. Segundo o autor, o brincar é essencial no processo terapêutico infantil, pois permite que a criança simbolize suas experiências e reorganize seu mundo interno. Assim, mesmo quando ainda não dispõe de recursos verbais para nomear o sofrimento, a criança pode, na transferência, reviver

<sup>3</sup> “Deprivação” refere-se à ausência ou falta de um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento do bebê, especialmente durante a fase de dependência absoluta e relativa (Winnicott, 2023).



aspectos da perda e, com a ajuda do analista, dar sentido ao que antes era apenas dor bruta. Segundo Kupfer:

Quando a criança brinca, ela entra num mundo de “faz de conta”, num mundo onde tudo pode acontecer. A brincadeira tornar-se um cenário imaginário e é nesse mundo que a criança coloca seu corpo em cena. Entretanto, na experiência de brincar, será o equilíbrio entre o mundo da fantasia e o mundo real que permitirá à criança fazer um elo entre o que é real e o que é brincadeira (Kupfer, Bernardino e Mariotto, 2012, p.124).

Nada mais exemplar ao falar do brincar da criança do que nos reportarmos ao Jogo do *Fort-Da*, apresentado no texto freudiano “Além do princípio de prazer” (1920). O jogo do *Fort-Da* tornou-se um exemplo fundamental para compreender o modo como a criança elabora a ausência e simboliza a perda. Freud (1920) observou seu neto, de aproximadamente um ano e meio, que costumava lançar um carretel amarrado por um fio para longe, pronunciando “*fort*” (que significa “foi embora”), e depois puxá-lo de volta dizendo “*da*” (“aqui está”).

Freud interpretou esse jogo como uma forma simbólica de elaboração da ausência da mãe. Ao repetir o movimento de afastar e trazer o objeto, a criança transformava a experiência angustiante da separação em uma ação ativa, assumindo certa posição de domínio sobre a perda. O que antes era vivido de modo passivo e doloroso — a ausência da mãe — passa a ser simbolizado através do brincar.

Nesse sentido, o *Fort-Da* representa o início da capacidade de simbolização, fundamental para o desenvolvimento psíquico. O jogo permite que a criança transforme a dor da perda em representação, abrindo caminho para a elaboração e para a construção do pensamento simbólico. A repetição da cena expressa o esforço do psiquismo em tornar suportável o desprazer, convertendo a falta em algo nomeável e, portanto, elaborável. Assim, o *Fort-Da* pode ser compreendido como uma primeira forma de luto infantil, em que a criança experimenta, em pequena escala, o movimento psíquico de perder e reencontrar, possibilitando a constituição de um espaço interno onde a ausência pode ser representada sem desorganizar o eu. (Freud, 1920/2010).

Desse modo, a brincadeira promove uma mudança de posição: de passiva para ativa, na medida em que a criança responde a uma tendência de dominação, obtendo prazer ao exercer controle sobre a ausência do objeto (mãe). Assim, a criança não se encontra mais inteiramente à mercê dos caprichos do Outro. Freud diz:

É impossível que a ausência da mãe fosse agradável ou mesmo indiferente para essa criança. Como pode então harmonizar-se com o princípio do prazer o fato de ela repetir tal vivência dolorosa como brincadeira? Talvez se responda que a ausência tinha de ser encenada, como condição para o agradável reaparecimento, que seria o verdadeiro propósito do jogo. Isso seria contrariado pela observação de que o primeiro ato, a ausência, era encenado como brincadeira em si mesmo, e muito mais frequentemente que a apresentação completa, com seu final prazeroso (Freud 1920/2010, p. 104).

Contudo, ao considerarmos a dimensão do brincar relacionada ao desejo da criança de se tornar grande e à imitação dos adultos ao seu redor, observa-se que, na análise, as crianças reproduzem, de formas mais diretas ou indiretas, situações de seu cotidiano por meio de falas, condutas e histórias. Dessa forma, expressam problemáticas de sua estrutura familiar e os impasses nos quais estão inseridas (Bonfim, 2017).

Não obstante, o jogo do *Fort-Da* evidencia que a brincadeira não se restringe ao princípio do prazer ou à fantasia, podendo funcionar também como um instrumento de



elaboração psíquica diante de experiências impactantes para a criança. Por sua vez, Bonfim (2017), aborda que a repetição nos jogos infantis surge como uma tentativa de assimilar vivências não prazerosas, constituindo-se como um contorno simbólico que a criança constrói em torno daquilo que experimentou.

Autores, como Winnicott (2021), ampliam essa compreensão ao destacar o papel do brincar como espaço potencial, no qual a criança expressa e elabora experiências internas de perda e separação. O brincar, nesse sentido, funciona como uma área intermediária entre a realidade interna e externa. Quando a dor encontra reconhecimento, ela pode ser transformada em narrativa, e quando a narrativa é possível, o sujeito começa a se reconstituir, e assim permite à criança iniciar um processo de reconstrução de si.

Nessa mesma direção, Dolto (1988/2011), ressalta que a criança precisa dar significado à ausência para que esta não se converta em angústia sem representação. Através do brincar, ela encontra meios de colocar em palavras ou ações aquilo que não pode ainda elaborar racionalmente, transformando a dor em experiência psíquica comunicável. Assim, o brincar não se restringe a um simples passatempo, mas constitui um recurso fundamental para a criança enfrentar e ressignificar a realidade.

A autora pontua que a separação conjugal representa um evento potencialmente impactante para a constituição psíquica da criança, uma vez que os pais ocupam um lugar central na formação de sua segurança emocional e de sua identidade, e que a escuta da criança não se restringe à escuta da palavra falada, dessa forma, muitas vezes, o sofrimento se manifesta por meio do corpo, da agressividade, do silêncio, da regressão comportamental ou da fantasia.

Já Zornig (2008) observa que o jogo e a linguagem são formas fundamentais de elaboração simbólica do luto na infância, pois permitem que a criança construa representações para o que se perdeu, mantendo viva a possibilidade de ligação com o objeto ausente sem sucumbir à perda.

Winnicott (1975), ao destacar a importância do ambiente facilitador e da presença de figuras suficientemente boas, contribui para a compreensão da necessidade de suporte adequado à criança nesses momentos de transição. O brincar, nesse sentido, torna-se uma via privilegiada para a expressão do sofrimento e para a elaboração simbólica daquilo que ainda não pode ser traduzido em palavras.

Como uma ferramenta de trabalho psicanalítico, os contos também se configuram como instrumentos potencialmente eficazes no processo de elaboração do luto infantil, atuando como mediadores na comunicação entre terapeuta e a criança. Quando a vivência emocional do luto não é simbolizada ou elaborada pela criança, pode-se observar um comprometimento no trabalho psíquico de superação da perda do objeto de amor. Ademais, o uso dos contos assume um papel relevante ao favorecer a expressão simbólica das emoções, contribuindo para a construção de sentido e para o manejo da dor psíquica advinda da perda (Bettelheim, 2021).

Por tudo isso, a psicanálise oferece uma importante contribuição para o reconhecimento e a elaboração do luto infantil na separação dos pais, e entende-se que, ao respeitar o tempo psíquico da criança, sua linguagem simbólica e sua subjetividade, a escuta psicanalítica possibilita que essa perda seja simbolizada e integrada à história do sujeito, evitando que se transformem em marcas inconscientes que podem comprometer seu desenvolvimento emocional e relacional (Bettelheim, 2021).

Freud (1917/2010), em seu estudo sobre o luto, evidencia que o processo de elaboração da perda é essencial para que o sujeito possa reinvestir sua energia libidinal em novos objetos. A ausência desse processo pode conduzir a impasses no



desenvolvimento psíquico, manifestando-se em sintomas de ansiedade, tristeza e dificuldades escolares, aspectos frequentemente observados no contexto da separação conjugal.

Em virtude dos fatos mencionados, Debieux (2022) corrobora salientando que o exercício da parentalidade requer o reconhecimento da presença dos fantasmas infantis, das fantasias inconscientes e das repetições transgeracionais que marcam o psiquismo dos adultos no exercício das funções parentais.

Além disso, Edler (2012), aponta que a escuta psicanalítica considera a complexidade dos vínculos afetivos da criança com seus pais, onde o amor, a raiva, o medo e a culpa muitas vezes estão misturados na experiência da separação. É nesse emaranhado de afetos que o analista atua, não oferecendo respostas prontas, mas sustentando o espaço da dúvida, da ambivalência e do tempo necessário para que o sujeito possa construir sua própria narrativa sobre a perda. Por isso, a escuta psicanalítica estende-se também à família, orientando, quando necessário, sobre a importância do reconhecimento da dor da criança e da validação de seus sentimentos. Muitas vezes, os próprios pais estão imersos em seus lutos e não conseguem perceber os efeitos da separação sobre os filhos, o que demanda um trabalho de escuta ampliada, que envolva todos os membros afetados pela ruptura

Conforme exposto, o jogo, o brincar e os contos passam a ter função importante para a dinâmica com criança em psicanálise, sendo compreendidos como formações do inconsciente e, portanto, suscetíveis de interpretação. Para a criança, o brincar e outras atividades lúdicas assumem funções fundamentais na relação com o mundo externo, atuando como recursos simbólicos diante de situações difíceis da realidade. Por meio dessas experiências, conteúdos dolorosos podem ser transformados, elaborados ou ressignificados. Além disso, destaca-se a importância da presença de um adulto acolhedor, capaz de oferecer escuta e suporte emocional, ajudando a criança a atribuir sentido às suas vivências e a lidar com a complexidade de seu sofrimento psíquico.

#### **4. Conclusão**

O presente trabalho buscou compreender, sob a ótica psicanalítica, o luto não reconhecido vivenciado por crianças diante da separação dos pais. Partiu-se do entendimento de que a dissolução do vínculo conjugal configura uma ruptura significativa nos laços afetivos e simbólicos, despertando na criança sentimento de perda, desamparo e insegurança. Embora essas experiências sejam frequentemente invisibilizadas pelos adultos, a psicanálise permite compreender que a separação representa, para a criança, uma forma de luto que precisa ser reconhecida e simbolizada para que não se transforme em sofrimento psíquico duradouro.

Ademais, a separação dos pais representa, para a criança, uma desestruturação do ambiente familiar como ela conhecia, o que pode provocar sentimentos de abandono, insegurança e culpa. Quando esse processo de perda não é reconhecido ou validado pelos adultos responsáveis, a criança pode internalizar o sofrimento de forma silenciosa, gerando consequências para seu desenvolvimento emocional. A perda coloca a pessoa em condição de sofrimento intenso, mesmo assim, muitas pessoas têm tendência a resistir ou rejeitar a ideia de distanciamento, o que revela o esforço exigido para o luto.

Esse processo demanda tempo e energia psíquica, e o afastamento do objeto ocorre de forma lenta e gradual. As reações à perda variam: algumas pessoas conseguem atravessar o luto e retomar suas vidas, outras ficam abatidas ou lidam apenas parcialmente com a dor. A família desempenha um papel essencial no desenvolvimento infantil, sendo o principal espaço de formação emocional, social e cognitiva.



Durante a infância, é no ambiente familiar que o indivíduo aprende a conviver, constrói valores e desenvolve comportamentos. Quando ocorre a separação dos pais, os filhos são diretamente afetados, podendo vivenciar sentimentos como raiva, tristeza, culpa, medo e até alívio. Muitas vezes, a criança não compreende suas emoções e acredita ser responsável pela ruptura familiar.

Sob a perspectiva psicanalítica, entende-se que o luto é um processo necessário para a elaboração da perda e para a reorganização do psiquismo, porém quando o luto é negado como frequentemente ocorre no caso de crianças, cujas emoções são subestimadas, há o risco de formação de sintomas que podem perdurar até a vida adulta.

O divórcio, embora seja visto de forma prática muitas das vezes, representa uma perda significativa que pode gerar um processo de luto não reconhecido. Esse luto, quando não elaborado, pode provocar prejuízos emocionais e comportamentais, como isolamento, agressividade, queda no desempenho escolar e dificuldades de relacionamento. A forma como a criança enfrenta essa situação depende de diversos fatores, como o cuidado do responsável pela guarda, o contato com o outro genitor, o nível de conflito entre os pais e as condições socioeconômicas.

Dessa forma, a atuação de profissionais de formação psicanalítica, pode ser fundamental nesse contexto, destacando a importância de reconhecer o luto infantil, valorizando o que é dito, o que é silenciado e o que é expressando por meio de comportamentos, fantasias e brincadeiras. Sendo primordial o reconhecimento do luto infantil, pois permite acessar o universo emocional da criança de forma sensível e profunda.

Considerando o percurso desenvolvido, observa-se que o sofrimento infantil diante da separação dos pais demanda reconhecimento, acolhimento e escuta qualificada, permitindo compreender que a experiência de separação parental constitui um momento de intensa repercussão psíquica para a criança, mobilizando angústias ligadas à perda e à ruptura de vínculos significativos. Sendo assim, por todo estes aspectos apresentados pelos autores citados, percebe-se que o reconhecimento do luto infantil diante da separação parental é condição fundamental para prevenir o processo de longa duração do sofrimento psíquico.

Conclui-se, portanto, que reconhecer o luto infantil na separação dos pais é reconhecer a subjetividade da criança e sua capacidade de significar as experiências de perda. A escuta psicanalítica no contexto das rupturas familiares, contribui, assim, para ampliar o olhar sobre o sofrimento infantil, enfatizando a importância do acolhimento e da simbolização como caminhos para a superação e para a continuidade do processo de desenvolvimento psíquico. Além disso, favorecem a constituição de sujeitos mais saudáveis, integrados e capazes de estabelecer vínculos significativos — entendidos como relações afetivas sólidas e confiáveis, que proporcionam suporte emocional, segurança e a possibilidade de desenvolvimento social e psicológico equilibrado.



## Referências

ABREU, C. D.; SILVA, L. D. L.; SILVA, L. M. **Divórcio dos pais: sentimentos e percepções das crianças.** *Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina*, v. 4, n. 1, p. 19–32, 2020.

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

BONFIM, F. **O que nos ensina o fort-da sobre o brincar em análise?** *Revista Marraio*, n. 32–33, Rio de Janeiro, 2017.

BORGES, V. G. **Relação luto e sociedade em suas diversidades de conceitos: amor o luto capcioso.** *Revista Caparaó*, v. 3, n. 1, p. 1–14, 2021.

CAVALCANTI, A. K. S.; SAMCZUK, M. L.; BONFIM, T. E. **O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein.** São Paulo, p. 87–105, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 09 maio 2024.

D’AFFONSECA, S. M. **Crianças e luto na separação dos pais, e agora? O papai e a mamãe de Pipe Leon não estão mais juntos.** *Revista Expressão*, v. 13, 2024. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/revistaexpressao/article/view/6928>. Acesso em: 13 mar. 2025.

DANTAS, C. M.; FARIAS, A. L. P. **A família numa visão psicanalítica.** *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, p. 99–103, 2015.

DEBIEUX, M. **Passa anel: famílias, transmissão e tradição.** In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELE, V. (orgs.). *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 23–37.

DOLTO, F. *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

DUNKER, C. I. L. *Lutos finitos e infinitos*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

DUNKER, C. I. L.; THEBAS, C. *O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

EDLER, S. *Luto e melancolia: à sombra do espetáculo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer** (1920). In: \_\_\_\_\_. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio de prazer e outros textos (1917–1920)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14, p. 97–144.

FREUD, S. **Inibição, sintoma e angústia** (1926). In: \_\_\_\_\_. *Obras completas (1926–1929)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 122–123.



FREUD, S. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 127–143.

FREUD, S. O eu e o id (1923). In: \_\_\_\_\_. *Dissolução do complexo de Édipo e outros textos (1923–1925)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 16, p. 182–192.

GUIMARÃES, L. A.; MARINHO, Y. E. A.; PIMENTEL, A. R. F. **O luto na separação: contribuições da psicologia para o seu enfrentamento**. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 1, e16812138831, 2023.

KUPFER, M. C. M.; BERNARDINO, L. M. F.; MARIOTTO, R. M. M. *Psicanálise e ações de prevenção na primeira infância*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2012.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOPES, R. G. **De que sofrem os filhos de pais separados?** *Revista aSEPHallu*. Disponível em: [www.isepol.com/asephallus](http://www.isepol.com/asephallus). Acesso em: 10 maio 2025.

MARTINEZ, V. C. V.; MATIOLI, A. S. **Enfim sós: um estudo psicanalítico do divórcio**. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 12, 2012.

PERRONE-MOISÉS, L. *Aquém do eu, além do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

RAPOSO, H. S. et al. **Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais: revisão da literatura**. *Archives of Clinical Psychiatry*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 29–33, 2011.

ROLIM, M. J. S.; ABREU, H. M. B. F.; PEREIRA, L. C. O.; TEMÓTEO, L. **Influência da separação dos pais na vida dos filhos sob a ótica da psicologia**. *Revista Interdisciplinar em Saúde*, Cajazeiras, PB, v. 9, 2022.

SANTANA, K. C. **O vivenciar do luto na infância**. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – UNIFAEMA*, v. 13, ed. esp., 2022.

SCAPINI, G. S.; SILVEIRA, A. L. **Luto infantil e psicanálise: uma revisão bibliográfica**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

WINNICOTT, D. W. **A preocupação materna primária**. In: \_\_\_\_\_. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 411–420.

WINNICOTT, D. W. *Deprivação e delinquência*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.